

O atoleiro na privatização do setor elétrico

*Marcelo de Paiva Abreu**

Ironicamente, o governo parece crescentemente atolado, exatamente no momento em que poderia estar capitalizando com vigor a expressiva melhora dos indicadores econômicos. Depois de penoso interregno parecia possível que o discurso da coalizão governamental pudesse voltar a sublinhar a convivência do sucesso na estabilização com a volta a um ritmo decente de crescimento econômico. Mas o sucesso econômico é ofuscado e corre algum risco de ser afetado pelos respingos da crise associada às mutretas que marcaram a construção de edifício para a Justiça do Trabalho em São Paulo. A alta propensão antropofágica nacional parece estar vicejando nas tentativas de implicar os mais altos níveis do Executivo nos detalhes sórdidos da falcatrua. E a capacidade decisória do governo parece francamente debilitada, mesmo em relação a assuntos em relação aos quais já se havia acumulado experiência razoável.

Bom exemplo desta deterioração da qualidade do processo decisório governamental é o que se passa no setor elétrico. A projetada privatização do setor começa a enfrentar intensas críticas que tentam ressuscitar argumentos já desgastados. As carpideiras do enterro do sistema elétrico sob controle estatal enfatizam as conquistas desde os anos 50: Furnas, Itaipu, entre outros projetos notáveis. Ninguém discutiria em sã consciência a superioridade da estratégia energética que acomodava o convívio da geração e distribuição sob controle público com a distribuição ainda parcialmente sob controle privado estrangeiro. O modelo anterior, baseado em investimentos de empresas sob controle estrangeiro também na geração e na transmissão, havia fracassado no longo prazo, em vista da dificuldade de assegurar rentabilidade e estímulos à expansão de capacidade em um quadro de instabilidade cambial crônica. Mas a gestão do setor elétrico sob controle do Estado foi marcada por declínio na qualidade do processo decisório, embora em muitos casos associado a pressões oriundas de fora do setor elétrico: nebulosas condições de compra da Light em 1977; condução delirante do programa nuclear na segunda metade da década de 70; fixação de tarifas elétricas com base em critérios alheios à correta remuneração dos investimentos, com prejuízo dos programas de expansão de capacidade.

A pá de cal em relação ao assunto é da lavra do atual presidente de Furnas, que não tem reputação de candura: "A indicação [de dirigentes de estatais] é política porque

o controlador é o governo". Portanto, a menos que se prove que a "mão visível" do Estado maximiza a eficiência na gestão empresarial, os argumentos pró-privatização continuam a prevalecer. Se, por outro lado, a questão estiver centrada no exame das bases da legitimidade política da privatização, não se deve esquecer que o presidente Fernando Henrique foi eleito e reeleito com base em programas que incluíam a privatização. Eleição presidencial é de quatro em quatro anos, e não a cada pesquisa de opinião, como quer a oposição.

A pressão das críticas sobre o governo parece, entretanto, ter estimulado a tardia descoberta dos encantos de um pretenso capitalismo popular que estaria associado à pulverização do controle das empresas elétricas, a exemplo do que ocorreu no Reino Unido. A baixa renda média dos brasileiros, somada à infame desigualdade na sua distribuição, assegurará que os eventuais direitos de compra e consequentes benefícios associados à disputa pelo controle futuro só serão exercidos e apropriados pela classe média alta. É a recíproca do direito a dormir debaixo das pontes parisienses, assinalado sarcasticamente por Anatole France: apesar de universal, só é exercido por alguns.

Como se estes percalços da privatização elétrica não fossem suficientes, idéias exóticas sobre a estratégia energética brasileira são ventiladas por altos funcionários do Ministério das Minas e Energia. Preocupações quanto ao impacto de importações de energia (eletricidade e gás) sobre o balanço de pagamentos pretendem justificar a fixação de quotas de importação de energia, bem como a criação de uma "moeda energética". Não há justificativa econômica para a limitação às importações de energia.

Abandonando idéias de eficácia duvidosa, as atenções das autoridades energéticas deveriam concentrar-se em dois eixos. Em primeiro lugar, na tentativa de reduzir as incertezas quanto ao formato da privatização do setor elétrico, mais complexa do que a de outros setores. Em segundo lugar, no esforço de criar condições para viabilizar em tempo hábil os maciços investimentos requeridos no médio prazo para a expansão da capacidade nacional de geração de energia. A tradição de estabelecer preços com base em custos de produção tenderá a ser enfraquecida, pois estes novos investimentos serão preponderantemente em usinas térmicas, cujos preços de insumos deverão estar alinhados aos preços internacionais.

O foco da ação estatal deve mudar da produção e distribuição de eletricidade para a efetiva regulação setorial e para a formulação de estratégias economicamente racionais para o setor energético.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.